

A Produção Acadêmica sobre a Política de Permanência na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: a constituição de um campo do conhecimento

Heise Cristine Aires Arêas, Marcela de Mattos Belmiro

Sabe - se que é recente o processo de consolidação de uma concepção de educação profissional e tecnológica que se propõe a alcançar a todos os brasileiros de forma articulada com a educação básica e com a educação superior. Com o lançamento do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, no final do primeiro mandato (2003-2006) do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tem-se um marco histórico na ampliação da oferta de educação profissional pública e gratuita. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seu art. 2º, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, inaugurando uma nova institucionalidade:

"Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008)." A consolidação da nova institucionalidade desses institutos representa um desafio, pois ao tempo em que constrói sua identidade deverá atender às demandas educacionais na perspectiva de indução do desenvolvimento local e regional. Isso implica estratégias de ação alinhadas aos territórios, reconhecendo suas identidades, mediante diálogo permanente com as demais políticas públicas. (MEC/SETEC 2018).

Entretanto, esse crescimento expressivo de unidades e matrículas por si só não consolida plenamente a resolução constitucional do direito à educação. Para que os preceitos legais materializam uma concepção de EPT surge o desafio de validar junto aos órgãos de controle (Relatório de Auditoria N° TC 026.062/2011-9 TCU- Ata N° 8/2013) o êxito do investimento realizado pelo governo federal em uma política pública de educação. Diante da determinação jurídica, o critério para aferir o êxito eleito pelo Tribunal de Contas da União está relacionado às taxas de evasão dos estudantes em relação às matrículas realizadas. Conceitualmente, a discussão sobre a superação da evasão encontra um obstáculo epistemológico: em que medida de entendimento sobre o processo educacional e de importância sobre o fazer cotidiano das instituições é revelado por essa escolha?

A partir disso, apresentamos o panorama onde se dá a consolidação da nova institucionalidade dos institutos federais que ao tempo em que constrói sua identidade deverá

atender às estratégias de ação alinhadas aos territórios, reconhecendo suas identidades, mediante diálogo permanente com as demais políticas públicas. Para que os preceitos legais materializam uma concepção de educação profissional tecnológica surge o desafio de validar junto aos órgãos de controle o êxito do investimento realizado pelo governo federal em uma política pública de educação. A mobilização de saberes para a compreensão do cumprimento da tarefa institucional, inaugura um campo de estudo e coloca a discussão das políticas para permanência no centro da produção acadêmica educacional.

Torna-se relevante uma investigação sobre a produção acadêmica sobre a Política de Permanência na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A metodologia adotada para se iniciar esta investigação foi a de realizar uma pesquisa documental para obter um levantamento quanto à produção acadêmica sobre a Política de Permanência na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, deflagrada a partir do ordenamento jurídico para atendimento ao Tribunal de Contas da União, levantando três blocos de investigação, sendo eles:

- Investigar a composição de grupos de pesquisa na Rede Federal para aprofundamento da temática;
- Fazer um levantamento quanto aos eventos científicos promovidos pela Rede Federal para tratar da temática;
- Elaborar uma pesquisa quanto à publicação de trabalhos produzidos sobre a temática por membros (servidores e estudantes) da Rede Federal nas principais plataformas acadêmicas.

A partir da realização da pesquisa para obter um levantamento da produção acadêmica sobre a política de permanência na Rede Federal, deflagrada a partir do ordenamento jurídico para atendimento ao TCU através desses três bloco de investigação, chegamos às seguintes conclusões:

Com os resultados da pesquisa, nota-se que a quantidade de publicações de trabalhos bibliográficos, produzidos por membros da rede, acerca da temática é maior do que a quantidade de eventos e da composição de grupos de pesquisa para aprofundamento do assunto. A composição de grupos de pesquisa com a palavra “permanência” no título que foram encontrados são poucos, porém todos que foram registrados em nossa pesquisa

apresentaram o intuito de contribuir com as políticas de permanência na Rede Federal em sua descrição e/ou resumo do. Após a análise das produções acadêmicas encontradas até o momento, e o estudo realizado ao longo da pesquisa desta política educacional, acredita-se que um maior investimento na criação de eventos acerca do tema e incentivo por parte da rede para a criação de mais grupos de pesquisa que abordassem o assunto, não somente o mencionando brevemente em suas descrições e resumos, mas com enfoque no tema, compostos tanto por alunos quanto por servidores dos Institutos Federais, resultaria em uma maior quantidade de pesquisa, e conseqüentemente, mais produções acadêmicas e resultados acerca deste assunto dentro da Rede Federal.

Embora relevante, o levantamento realizado nesta pesquisa é apenas o ponto de partida inicial; requer a continuação com novas fases de pesquisa que examinem o conteúdo da produção acadêmica referente à política de permanência na Rede Federal de forma mais profunda e analítica. A investigação sobre a produção acadêmica sobre a política de permanência na Rede Federal de educação profissional e tecnológica pareceu - nos um relevante recurso para a construção de políticas educacionais ajustadas ao fazer específico das instituições. Esperamos contribuir com o mapeamento neste sentido.